
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Estabelece procedimento para apresentação de atestado médicos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE TAIPU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais que lhes são conferidas por Lei e de conformidade com Art. 87, inciso XXXVI da Lei Orgânica do Município de Taipu/RN.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômica que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar os procedimentos referentes a apresentação dos atestados médicos pelos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - O Servidor público que se ausentar do trabalho por motivo de doença deverá apresentar diretamente no seu setor de lotação, preferencialmente à sua Chefia Imediata, o Atestado Médico emitido por seu médico assistente, no prazo máximo de 03 (três) dias contados do início do afastamento ao trabalho.

§ 1º Não será exigido o comparecimento pessoal para entrega de atestado médico de servidor diagnosticado como caso suspeito ou confirmado de doença infectocontagiosa, como, por a COVID-19, ou acometido de outra doença que o impossibilite de entregar o atestado médico pessoalmente.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o servidor, dentro do prazo estabelecido no caput, deverá encaminhar cópia do atestado médico para o e-mail institucional de seu setor de lotação ou da Secretaria Municipal que o setor de lotação esteja vinculado, além de comunicar sua chefia imediata por telefone, entregando obrigatoriamente a via original do atestado no primeiro dia útil seguinte ao fim do prazo de afastamento.

§ 3º Não sendo possível cumprir com o procedimento previsto no § 2º, o servidor deverá diligenciar a entrega do atestado no seu setor de lotação por intermédio de terceiros, dentro do prazo estabelecido no **caput**, respeitando o direito de proteção à saúde de todos os servidores envolvidos.

§ 4º A inobservância das disposições previstas neste artigo poderá acarretar, além dos descontos pela ausência ao trabalho, a configuração de infração disciplinar, passível de penalização, nos termos da lei.

Art. 2º - Para justificarem as faltas por doenças, os atestados médicos devem conter os seguintes requisitos:

I – nome completo e legível do paciente;

II – tempo concedido de dispensa a atividade, necessário para a recuperação do paciente, por extenso e numericamente determinado;

III – assinatura do médico sobre o carimbo do qual conste seu nome completo e número do registro no respectivo conselho profissional;

IV – as datas de atendimento, início da dispensa e emissão do atestado, que não poderão ser retroativas e deverão coincidir; e

V – indicação do diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doença (CID), quando expressamente

autorizado pelo paciente.

Parágrafo Único. Terminado o prazo estabelecido no atestado médico, o servidor deverá retornar imediatamente às suas atividades laborativas sob pena de incorrer em faltas injustificadas e infração disciplinar.

Art. 3º - para o afastamento por doença superior a 15 (quinze) dias, além de apresentar cópias do atestado médico perante a sua Chefia Imediata, conforme previsto no artigo 1º, o servidor público deverá requerer Licença para Tratamento da Própria Saúde junto a Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, acrescentando o Laudo Médico.

Parágrafo único. Para fins de perícia médica, a indicação do diagnóstico conforme Classificação Internacional de Doença (CID) é obrigatória.

Art. 4º - Caberá ao setor de lotação do servidor o encaminhamento do atestado médico original a Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH da SEMAD, juntamente com o relatório de frequência do mês, para arquivamento na pasta funcional do servidor.

Art. 5º - A apresentação de atestado médico falsificado ou adulterado poderá configurar, além de crime tipificado na Lei Penal, infração disciplinar sujeita a pena de demissão, nos termos do artigo 183, inciso XII e do artigo 190, inciso VI da Lei Municipal nº 269, de 02 de outubro de 2001 – Estatuto dos Servidores do Município de Taipu/RN.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se, archive-se.

Gabinete do Prefeito, em Taipu/RN, 28 de junho de 2021, 130º de Emancipação Política e 133º da República.

ARIOSVALDO BANDEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:

José Viana Júnior

Código Identificador:310C07AB

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 29/06/2021. Edição 2555

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>